COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 1.084, DE 2011

Altera o § 4º do art. 22- A, acresce os arts. 22-C e 25-B na Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991, já incluídas as alterações realizadas em decorrência da Lei nº 10.256, de 09 de julho de 2001, com a finalidade de estender à empresa de captura e indústria de pesca os benefícios concedidos à agroindústria no tocante ao valor da alíquota de contribuições previdenciárias recolhidas pelo empregador em favor da Previdência Social.

Autor: Deputado CLEBER VERDE

Relator: Deputado PASTOR EURICO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Ilustre Deputado Cleber Verde, pretende estender a regra de recolhimento das contribuições previdenciárias da agroindústria para as empresas de captura e indústria de pesca, qual seja: recolhimento de 2,85% sobre a comercialização da produção, já incluídas as contribuições para o Seguro Acidente do Trabalho – SAT e para o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, em substituição ao recolhimento de 20% sobre a folha de pagamento de seus empregados e adicional relativo a acidente do trabalho.

Em sua justificativa, o autor argumenta que o setor de pesca enfrenta dificuldades para competir no mercado interno e internacional de carnes. Ademais, esclarece que não se justifica a concessão de tratamento

diferenciado entre a agroindústria e a indústria de pesca, pois ambas estão subordinadas ao meio natural e aos ciclos biológicos e são responsáveis pelos alimentos essenciais à sobrevivência dos seres humanos.

A proposição tramita em regime ordinário e foi distribuída para apreciação conclusiva, na forma do inciso II, do art. 24, do Regimento Interno desta Casa, quanto ao mérito, pela Comissão de Seguridade Social e Família, de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, e de Finanças e Tributação, sendo que essa última Comissão também apreciará os aspectos técnicos previstos no art. 54 do Regimento Interno desta Casa, assim como a Constituição e Justiça e de Cidadania.

Decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição nesta Comissão de Seguridade Social e Família.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A intenção do nobre autor da matéria, qual seja, garantir uma regra de contribuição previdenciária que onere menos a agroindústria da pesca é meritória. No entanto, registramos que a regra de contribuição que vige atualmente para essas agroindústrias é a mais vantajosa para o setor, pois já lhe garante o recolhimento sobre a comercialização da produção de peixes, em substituição à contribuição de 20% sobre a folha de pagamento. A proposição ora relatada interpretou que a atividade de captura e indústria da pesca estaria dentro do conceito de “piscicultura”. No entanto, essa interpretação não se aplica, sendo piscicultura e pesca atividades distintas, conforme passaremos a explicitar.

Segundo o art. 22-A da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a contribuição da agroindústria é de 2,5% incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção e 0,1% incidente sobre a mesma base para custeio de benefícios decorrentes dos riscos ambientais da atividade. A referida norma define por agroindústria o produtor rural pessoa jurídica cuja atividade econômica seja a industrialização de produção própria ou de produção própria e adquirida de terceiros.

Está excluída dessa contribuição substitutiva a agroindústria de piscicultura, haja vista disposição nesse sentido contida no § 4º do art. 22-A. Neste caso, a contribuição tem como base de incidência a remuneração paga aos segurados que lhe prestem serviços, nos termos do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991.

O Projeto de Lei nº 1.084, de 2011, pretende alterar essa sistemática. Ao suprimir a menção à piscicultura no § 4º do art. 22-A, pretende que todos os tipos de agroindústrias ligadas à pesca passem a contribuir para a previdência social apenas com base na receita bruta decorrente da comercialização da produção.

Convém esclarecer, no entanto, que a Agroindústria da Piscicultura não se confunde com a Agroindústria da Pesca. A primeira abrange apenas as empresas que cultivam os peixes em cativeiro, enquanto a agroindústria da pesca abarca as empresas que industrializam os peixes capturados por embarcações pesqueiras. É esse o entendimento firmado pela Secretaria da Receita Federal, conforme se depreende da Solução de Consulta nº 2, de 12 de fevereiro de 2009, a seguir transcrita:

“ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias
EMENTA: AGROINDÚSTRIA DA PISCICULTURA. AGROINDÚSTRIA DA PESCA. Intelecção do § 4º do art. 22-A da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. A atividade de captura, beneficiamento e transformação de peixes em águas dominiais do Brasil, com fins comerciais, **utilizando-se embarcações pesqueiras, não é considerada agroindústria de piscicultura para fins de aplicação do § 4º do art. 22-A da Lei nº 8.212, de 1991. (...).”** (grifo nosso)

Assim sendo, pela legislação vigente, a agroindústria da pesca já está incluída no art. 22-A da Lei nº 8.212, de 1991, e recolhe contribuições com base na receita decorrente da comercialização da produção, regra essa que onera menos o setor da agroindústria da pesca, por ser um setor muito intensivo em mão de obra. Portanto, a proteção às agroindústrias de pesca pretendida pela proposição em tela já é realidade.

Já a agroindústria da piscicultura está excluída do art. 22-A e contribui com base no disposto no art. 22 da referida Lei, ou seja, contribuição incidente sobre folha de pagamentos dos segurados que lhe

prestem serviços, forma de recolhimento que é mais vantajosa para a agroindústria da piscicultura. Caso a proposição em exame fosse aprovada, essa agroindústria da piscicultura, que ao contrário da agroindústria da pesca, é menos intensiva em mão de obra, passaria a recolher sobre a comercialização de sua produção e, portanto, seria mais onerada com a contribuição previdenciária substitutiva em comparação a contribuição regular de 20% sobre sua folha de pagamento.

Em síntese, para as agroindústrias menos intensivas em mão de obra é mais vantajoso manter-se na regra geral da contribuição previdenciária que é a de 20% sobre a folha de pagamento, ao invés de serem enquadradas na regra de recolhimento especial de 2,5% sobre a comercialização da produção.

Foi por reconhecer a importância de se diferenciar as agroindústrias intensivas em mão de obra e as menos intensivas, que o legislador inseriu a exceção contida no §4º do art. 22-A da Lei nº 8.212, de 1991, por meio da Emenda de Relator nº 4 na Comissão de Assuntos Sociais, por ocasião da votação do Projeto de Lei nº 3.998, de 2001, do Poder Executivo, transformado na Lei nº 10.256, de 9 de julho de 2001, que incluiu o art. 22-A à Lei nº 8.212, de 1991. A propósito, aproveitamos para transcrever a justificativa do Parecer da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal para inclusão dessa matéria:

“Apesar de todos os aspectos meritórios e da qualidade técnica da iniciativa, entendemos que também se deve reconsiderar a aplicação da alíquota de contribuição sobre a receita obtida na comercialização dos produtos da avicultura, suinocultura, piscicultura e carcinicultura (criação de camarões).

Assim entendemos em razão do elevado valor agregado envolvido nessas atividades e das baixas margens de lucro nas operações. A avicultura e a suinocultura, por exemplo, trabalham com lucratividade que, muitas vezes, não alcança o valor da alíquota de 2,5% destinada à seguridade social. A imposição desse peso contributivo sobre essas atividades na prática inviabilizaria a continuação da produção, em prejuízo principalmente das pequenas e médias empresas, que não podem trabalhar com margens mínimas de lucratividade e competir com as grandes agroindústrias do setor.”

Em que pese o fato das agroindústrias de pesca e piscicultura explorarem a industrialização do mesmo produto, possuem características distintas na sua operação. Portanto, dentro do princípio da justiça tributária, a própria Constituição Federal autoriza que se institua “bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho”, nos termos do §9º do art. 195 da Constituição Federal. Com base nesse princípio é que o legislador propôs excepcionar as agroindústrias da piscicultura, carcinicultura, suinocultura e avicultura, menos intensivas em mão de obra, do pagamento de contribuição previdenciária sobre comercialização da produção. Por outro lado, substituiu a contribuição sobre folha de pagamento para as demais agroindústrias, onde se verifica maior intensividade da mão de obra.

No que tange aos interesses da Previdência Social, o objetivo da alíquota já existente de 2,5% sobre a comercialização da produção em substituição à contribuição sobre folha de salários para agroindústrias de determinados setores é incentivar a formalização do trabalho rural, conforme se depreende da justificativa do Projeto de Lei nº 3.998, de 2001, transformado na Lei nº 10.256, de 2001.

De fato, a norma atual se justifica, pois, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, de 2009, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, entre as pessoas de 10 anos ou mais ocupadas no setor agrícola, apenas 16% contribuem para instituto de previdência no trabalho principal. Se apurado o mesmo índice em relação a todos os setores, verifica-se que 53% da população ocupada contribui para instituto de previdência. O setor agrícola é aquele em que se constata a menor cobertura previdenciária, seguido dos serviços domésticos onde a cobertura é de 31%.

Assim, considerando que a atividade de piscicultura abrange apenas o cultivo de peixe em cativeiro, atividade essa pouco intensiva em mão de obra, é importante que seja mantida a exceção contida no §4º, mantendo-se para as agroindústrias desse setor o recolhimento sobre a folha de pagamento ao invés da contribuição substitutiva sobre a comercialização da produção.

As agroindústrias da pesca, por sua vez, que dependem intensamente da mão de obra de pescadores, conforme entendimento da Secretaria da Receita Federal, já citado nesse parecer, estão enquadradas no art. 22-A e, portanto, já efetuam o recolhimento das contribuições previdenciárias sobre a comercialização da produção.

Por todo o exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.084, de 2011.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado PASTOR EURICO
Relator